



## AVISO n.º POCH-67-2017-05

Convite para apresentação de candidaturas

### Rede de Serviços de Psicologia e Orientação

Programa Operacional Capital Humano		
Eixo Prioritário	4	Qualidade e Inovação do Sistema de Educação e Formação
Prioridade de Investimento	10 i	Redução do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a educação pré-escolar, ensino básico e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não-formais para reintegração no ensino e na formação
Objetivo Específico	2.4.1	Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação
Indicador de Realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Novos psicólogos ou técnicos de psicologia</b>, em equivalente a tempo integral, apoiados – <b>300</b>, valor-alvo em 2023 e <b>200</b> - valor alvo 2018 - conforme programação do POCH, aprovada pela Comissão Europeia e pelo Estado Português</li> </ul>	
Indicadores de Resultado	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Alunos por psicólogo ou técnico de psicologia, em equivalente a tempo integral</b> - 1.140 – valor alvo em 2023, conforme programação do POCH, aprovada pela Comissão Europeia e pelo Estado Português</li> <li>▪ <b>Aumento</b>, em percentagem face ao ano letivo anterior, <b>dos alunos alvo de orientação</b>, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, para o conjunto das Unidades Orgânicas (UO) abrangidas (%)</li> <li>▪ <b>Alunos alvo de apoio psicopedagógico</b>, no conjunto das UO abrangidas (%)</li> </ul>	
Tipologia de Intervenção	67	Qualidade do Sistema de Ensino de Nível não Superior
Tipologia de Operação	4.5	Desenvolvimento de Serviços de Psicologia e Orientação em meio escolar
Fundo	Fundo Social Europeu	
Período de Candidaturas	Data de abertura	Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	30 dias seguidos após a data de abertura (incluindo esse dia), até às 18H00

Cofinanciado por:



# Índice

1.	ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR .....	2
2.	TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS .....	3
3.	BENEFICIÁRIOS .....	3
4.	DESTINATÁRIOS .....	3
5.	DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO .....	3
6.	LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR .....	4
7.	ÂMBITO GEOGRÁFICO .....	4
8.	FORMA DE APOIO .....	4
9.	CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E REGRAS DE FINANCIAMENTO .....	4
10.	DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR .....	5
11.	PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS .....	5
12.	MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS .....	5
13.	PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS .....	5
14.	DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL .....	7
15.	REGIME DE FINANCIAMENTO .....	7
16.	CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR .....	8
17.	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO .....	10
18.	REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES .....	10
19.	CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO .....	11
20.	PONTO DE CONTACTO .....	11
21.	OUTRAS DISPOSIÇÕES .....	11
	ANEXO II - - GRELHA DE ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO .....	13
	ANEXO III - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS .....	16

## 1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas por convite visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder por força do disposto no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 4 – Qualidade e Inovação do Sistema de Educação e Formação do POC.

O objetivo central do reforço da rede de psicólogos é a prevenção do abandono escolar precoce e o absentismo sistemático, através do diagnóstico das dificuldades que afetam a aprendizagem, de modo a agir atempadamente sobre as mesmas, identificando e analisando as causas do insucesso escolar e propondo medidas tendentes à sua diminuição, incluindo neste âmbito a promoção de uma adequada orientação escolar e profissional dos jovens, em estreita articulação com os Centros Qualifica.

Os psicólogos nas escolas constituem recursos de apoio e de orientação educativa, que visam assegurar o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como apoiar o desenvolvimento do sistema de relações interpessoais na comunidade escolar e entre esta e a sua envolvente social, contribuindo para a igualdade de oportunidades, para a promoção do sucesso educativo e para a aproximação entre a família, a escola e o mercado de trabalho.

Estes recursos ao serviço das escolas dão cumprimento ao disposto no artigo 29.º da Lei de Bases do Sistema Educativo Português (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, n.º 49/2005, de 30 de agosto e n.º 85/2009, de 27 de agosto), que estabelece que o apoio no desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às atividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar e profissional. Neste quadro, estes serviços encontram-se atualmente previstos no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, mais concretamente, pelo n.º 4 do artigo 46.º do articulado em apreço, que determina que os serviços técnico-pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas podem compreender as áreas de apoio socioeducativo, orientação vocacional e biblioteca.

A leitura conjugada do disposto no parágrafo anterior com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, na alínea b) do artigo 3.º, em que compete à DGEstE, “Acompanhar, coordenar e apoiar a organização e funcionamento das escolas e a gestão dos respetivos recursos humanos e materiais, promovendo o desenvolvimento e consolidação da sua autonomia,” - salientam a pertinência deste convite.

Os psicólogos dispõem de autonomia técnica e científica respeitando, na sua prática, as normas éticas e deontológicas das suas funções, nomeadamente a salvaguarda da privacidade dos alunos e das suas famílias, bem como as orientações do Ministério da Educação.

## 2. TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS

O presente convite diz respeito à Tipologia de Operações prevista na alínea c) do número 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias nº 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, e n.º 311/2016, de 12 de dezembro, que publica o regulamento específico do domínio do Capital Humano (RE CH), denominada Desenvolvimento de Serviços de Psicologia e Orientação em meio escolar, e enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.i, constante do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (2014) 9788, de 12 de Dezembro de 2014. No âmbito das ações previstas no âmbito desta Tipologia de Operação e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, é apenas elegível o apoio à contratação de psicólogos no contexto do presente convite.

## 3. BENEFICIÁRIOS

O presente convite para a apresentação de candidaturas é destinado exclusivamente à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), na qualidade de Beneficiário Responsável pela execução de Políticas Públicas nacionais (BREPP), na aceção prevista no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro e nos termos articulados da alíneas a), in fine, do artigo 31.º do RE CH.

## 4. DESTINATÁRIOS

São destinatários do presente Convite os alunos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do ensino público, do ensino básico ou secundário, das regiões Norte, Centro e Alentejo, que irão beneficiar da atividade dos psicólogos que desempenham funções nessas escolas, ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio. No entanto, nos termos previstos no [\*Guidance Document - Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund\*](#), em particular do seu anexo D), os alunos não beneficiam diretamente da operação, uma vez que o apoio é concedido para o reforço dos serviços prestados pelos psicólogos ao serviço das escolas, dirigindo-se esse serviço à generalidade dos alunos que frequentam as mesmas.

## 5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

### 5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso, é de **10.000.000€** (dez milhões de euros).

### 5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento a aplicar é de **85%** de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, sendo os restantes

Cofinanciado por:

15% assegurados a título de contribuição pública nacional, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março na sua atual redação.

## **6. LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR**

Não deverá ser apresentada mais que uma candidatura por região NUT II elegível ao PO CH – Norte, Centro e Alentejo.

## **7. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

**7.1.** São elegíveis as operações que decorram nas regiões menos desenvolvidas, isto é, no Norte, Centro e Alentejo.

**7.2.** Para efeitos de aplicação do número anterior, a elegibilidade é determinada pela localização da intervenção, entendida nesta tipologia de operação como as unidades orgânicas onde os psicólogos apoiados irão exercer a sua atividade, nos termos do n.º 5 do artigo 29.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

4

## **8. FORMA DE APOIO**

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente convite reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através da modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 32.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

## **9. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E REGRAS DE FINANCIAMENTO**

### **9.1. Elegibilidade do beneficiário**

O beneficiário tem que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

### **9.2. Elegibilidade das operações**

As operações devem cumprir os critérios de elegibilidade estabelecidos no artigo 15.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto e n.º 122/2016, de 4 de maio, bem como no ponto 4 do presente aviso.

### **9.3. Elegibilidade das despesas e regras de financiamento**

No âmbito das operações a apoiar são elegíveis os montantes máximos definidos pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, e nos termos da alínea a) dos n.ºs 3 e do 4 do artigo 33.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

## 10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

Tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, as operações a apoiar ao abrigo do presente aviso não deverão ter uma data de início anterior a 1 de janeiro de 2016, **podendo ter uma duração máxima de 36 meses**, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

Para efeitos de registos de execução no Balcão 2020 e no que respeita à data de início da operação, releva o disposto na alínea d), *in fine*, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

## 11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre **entre o dia seguinte ao da publicação do presente convite e as 18H00 do trigésimo dia após a data de abertura.**

5

## 12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e nos termos definidos no presente aviso.

A entidade beneficiária deve efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

Recomenda-se que o beneficiário evite a submissão tardia das candidaturas nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

## 13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto.

O **mérito da operação** é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, que deve igualmente ser traduzível numa escala qualitativa de forma a sintetizar o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);

Cofinanciado por:

- Médio ( $\geq 50\%$  a  $<70\%$ );
- Bom ( $\geq 70\%$  a  $<90\%$ );
- Elevado ( $\geq 90\%$ ).

Neste âmbito, é estabelecido que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento, bem como os projetos acima desse valor para os quais não haja dotação orçamental nos termos do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

A maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata, são ponderadas para efeitos de desempate entre candidaturas, quando aplicável, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

O **processo de decisão** das candidaturas integra três fases:

- Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade do beneficiário, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no Programa;
- Avaliação do mérito** da operação, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POCH e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes dos **anexos I e II**, respetivamente;
- Decisão** sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do POCH, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no esquema constante do **anexo III**.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos ao beneficiário pela autoridade de gestão, a respetiva candidatura é analisada com os documentos e informação disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

## 14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- a) Na linha designada “documentos necessários para o apuramento do mérito da operação”, deverá a entidade fornecer, em *upload*, os elementos necessários para fundamentar a resposta aos critérios de seleção, designadamente todas as informações que não sejam de carácter estatístico, a serem fornecidas pelo(s) serviço(s) competente(s) do Ministério da Educação.
- b) Na linha designada “Outros documentos” anexar, quando aplicável, outros documentos que a entidade beneficiária considere úteis para a análise da candidatura.

## 15. REGIME DE FINANCIAMENTO

7

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Envio do termo de aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizado nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mínima trimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os **pedidos de alteração** à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo



do previsto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, salvo motivo devidamente justificado e aceite pela autoridade de gestão.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis subsequentes, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

## **16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR**

**16.1.** Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, devem ser contratualizados com o beneficiário, em

sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário tem de apresentar na sua candidatura os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

**16.2.** A realização e os resultados mínimos a contratualizar, com referência aos indicadores e às metas definidos para o PO CH constantes da folha de rosto do presente aviso são os descritos no quadro seguinte, salientando-se que, no que se refere aos indicadores de resultado, a percentagem dos alunos alvo de apoio psicopedagógico, no conjunto das UO abrangidas, não será considerado neste concurso para o apuramento do grau de concretização dos indicadores contratualizados e aplicação das regras de eficiência e penalização, descritas no ponto seguinte.

TIPO DE INDICADOR	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META
Realização	Novos psicólogos ou técnicos de psicologia, em equivalente a tempo integral, apoiados <sup>(1)</sup> , na operação	N.º	(2)
Resultado	Alunos por psicólogo ou técnico de psicologia, em equivalente a tempo integral, na operação	Nº	(3)
	Aumento, em percentagem face ao ano letivo anterior, dos alunos alvo de orientação, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, para o conjunto das UO abrangidas, na operação <sup>(4)</sup>	%	>=10%
	Alunos alvo de apoio psicopedagógico, no conjunto das UO abrangidas <sup>(5)</sup> , na operação	%	>=40%

- (1) Somatório dos novos psicólogos alocados a UO abrangidas, por região elegível no POCH (Norte, Centro e Alentejo), em equivalente em tempo integral (independentemente dos indivíduos considerados nominalmente), face à situação de partida (2013/2014).
- (2) A definir pela DGEstE, enquanto BREPP desta tipologia, sendo que no conjunto das candidaturas a apresentar ao abrigo do presente concurso terá de assegurar um mínimo de 200 novos psicólogos em equivalente a tempo integral apoiados.
- (3) A definir pela DGEstE, enquanto BREPP desta tipologia, tendo em vista a meta do PO CH para 2023 de se atingir um rácio de 1.140 alunos por psicólogo em equivalente a tempo integral.
- (4) Metodologia de cálculo: (N.º de alunos alvo de orientação nos termos referidos no indicador, no final do ano letivo de 2017/2018- N.º de alunos alvo de orientação, nos termos referidos no indicador, no final do último ano letivo com dados disponíveis à data da candidatura)/N.º de alunos alvo de orientação nos termos referidos no indicador, no final do último ano letivo com dados disponíveis à data da candidatura.
- (5) Metodologia de cálculo: (N.º de alunos alvo de apoio psicopedagógico, nas UO abrangidas/n.º total de alunos dessas mesmas unidades) \*100.

Cofinanciado por:

Entende-se por apoio psicopedagógico o conjunto diversificado de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, intervindo a nível psicológico e psicopedagógico ao longo do percurso escolar. Engloba, por um lado, a intervenção direta com os alunos, mas sobretudo, o trabalho colaborativo com educadores e professores na organização de medidas e respostas educativas diferenciadas. Por outro lado, implica ainda intervenções de apoio psicopedagógico indireto, através de processos de consultoria ou de formação, com vista à capacitação dos docentes e de outros agentes educativos.

**16.3.** O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração quer para efeitos de apuramento do valor a pagar em sede de Saldo Final e de encerramento da operação, quer para a eventual constituição de uma reserva de eficiência e desempenho, quer ainda para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, designadamente:

- i) Nas situações em que se verifique a superação dos resultados contratualizados, é constituída uma reserva de eficiência e desempenho equivalente a um ponto percentual (p.p.) do valor total elegível da operação por cada p.p. de superação, até ao limite de 10%, para compensar eventuais desvios negativos em futuras operações ou para reforço de financiamento, dentro da dotação disponível e nos termos a definir por deliberação da CIC Portugal 2020;
- ii) Por cada p.p. de desvio negativo face aos indicadores de realização e de resultado contratualizados, procede-se a uma redução de meio p.p. sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de redução de 10% face a essa despesa;
- iii) A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando as realizações e os resultados alcançados atinjam 75% do que for contratualizado;
- iv) Se o nível de execução for inferior a 50% da média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação.

## **17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO**

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da autoridade de gestão do POCH.

## **18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES**

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do POCH, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

## 19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No portal <https://www.portugal2020.pt> encontram-se disponíveis:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Os resultados do presente concurso.

## 20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt>), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

**Programa Operacional Capital Humano**

Avenida Infante Santo, n.º 2, 6.º andar, 1350-346 Lisboa

Telefone: +351 213 944 991

Correio eletrónico: [poch@poch.portugal2020.pt](mailto:poch@poch.portugal2020.pt)

## 21. OUTRAS DISPOSIÇÕES

Ao presente convite aplica-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, nas Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 60-C/2015, de 2 de março, de acordo com as respetivas atuais redações destes três últimos diplomas legais, nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, e de 17 de dezembro, bem como no Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, no que concerne à missão da DGEstE no prosseguimento das suas atribuições.

Lisboa, 24 de março de 2017

**Programa Operacional Capital Humano**

O Presidente da Comissão Diretiva

Joaquim Bernardo

Cofinanciado por:

## ANEXO I - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO


Eixo	4	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
------	---	--

Prioridade de Investimento	10.i)	Redução do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a educação pré-escolar, ensino básico e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não-formais para reintegração no ensino e na formação	
Objetivo Específico	2.4.1	Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação	
Indicadores de Resultado	Indicador		Meta 2023
	Docentes que concluíram formação contínua em didáticas específicas		50%
	Alunos por psicólogo ou técnico de psicologia em equivalente em tempo integral		1.140
Indicadores de Realização	Docentes apoiados nas ações acreditadas dirigidas à formação continua em didáticas específicas		51.000
	Novos psicólogos ou técnicos de psicologia em equivalente a tempo integral		300

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<b>Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)</b> Visa criar as condições para o desenvolvimento de ferramentas de orientação <i>online</i> , adquirir e produzir instrumentos técnicos de apoio à atividade dos SPO e aumentar o número de técnicos e apoiando também a sua formação.	Pessoas coletivas de direito público da administração central e local, nomeadamente escolas e agrupamentos de escolas do ensino básico e secundário.

Critérios de Seleção aplicáveis		Categoria
1.	Níveis de abandono, insucesso e/ou desistência na escola e na região	A
2.	Contexto social e desempenho dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas	A
3.	Ratio psicólogo/aluno e número de alunos orientados anualmente por psicólogo	A
4.	Taxas de sucesso escolar, prosseguimento de estudos, de reorientação, desistência de alunos e nível de satisfação	A
5.	Grau de articulação com os centros para a qualificação e o ensino profissional (CQEP), instituições do ensino superior, escolas e outros operadores de ensino e formação profissional, centros de emprego e empresas	C
6.	Nível de envolvimento do SPO no tecido económico, social e cultural	C
7.	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado	B
8.	Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos	B
9.	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho	E

## ANEXO II - - GRELHA DE ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO



Tipologia de Operação

### Serviços de Psicologia e Orientação

Programa Operacional

**Capital Humano**

**Matriz de Análise**

Entidade: \_\_\_\_\_

NIF: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Total

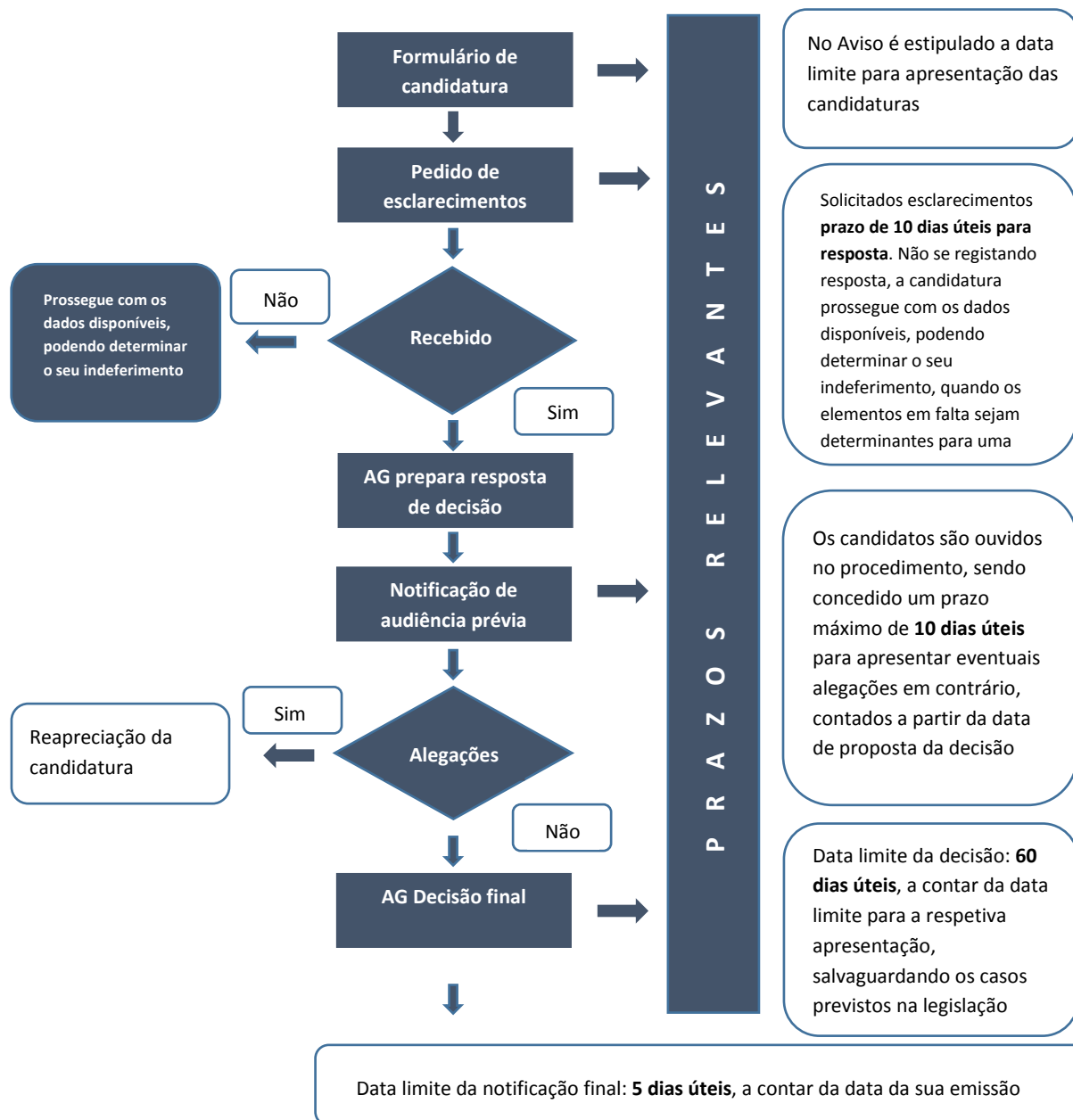
Nº	Critérios de Selecção	Pontuação	Subtotal
1	<b>Níveis de abandono, insucesso e/ou desistência na escola e na região</b>	<b>15,00</b>	
	<b>1.1. Taxa média de retenção e desistência na Unidade Orgânica (UO) no 3.º ciclo do ensino básico ou no ensino secundário (último ano disponível - 2014/2015)</b>	<b>10,00</b>	
	Elevado: >= 75% dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas com uma taxa de retenção e desistência superior à média das regiões elegíveis ao PO	10,00	
	Bom: >= 60% e < 75% dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas com uma taxa de retenção e desistência superior à média das regiões elegíveis ao PO	8,00	
	Médio: >= 50% e < 60% dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas com uma taxa de retenção e desistência superior à média das regiões elegíveis ao PO	6,00	
	Baixo: < 50% dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas com uma taxa de retenção e desistência superior à média das regiões elegíveis ao PO	2,00	
	<b>1.2. Taxa de retenção e desistência na região NUT III, no 3.º ciclo do ensino básico ou no ensino secundário</b>	<b>5,00</b>	
	Elevado: >= 55% dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas de regiões NUT III com uma taxa de retenção e desistência superior à média nacional	5,00	
	Bom: >= 45% e < 55% dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas de regiões NUT III com uma taxa de retenção e desistência superior à média nacional	4,00	
	Médio: >= 35% e < 45% dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas de regiões NUT III com uma taxa de retenção e desistência superior à média nacional	3,00	
Baixo: < 35% dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas de regiões NUT III com uma taxa de retenção e desistência superior à média nacional	1,00		
2	<b>Contexto social e desempenho dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas</b>	<b>15,00</b>	
	<b>2.1 Desempenho das UO a abranger, avaliado em função da variação anual dos resultados dos exames nacionais básico e/ou secundário, face à variação na média nacional (média do último biénio)</b>	<b>7,50</b>	
	Baixo: >= 50% das UO abrangidas tiveram uma variação anual negativa nas médias dos exames do básico ou do secundário	7,50	
	Médio: >= 40% e < 50% das UO abrangidas tiveram uma variação anual negativa nas médias dos exames do básico ou do secundário	6,00	
	Bom: >= 40% e < 30% das UO abrangidas tiveram uma variação anual positiva nas médias dos exames do básico ou do secundário	4,00	
	Elevado: <= 30% das UO abrangidas tiveram uma variação anual positiva nas médias dos exames do básico ou do secundário	1,00	
	<b>2.2 Percentagem de estudantes abrangidos pelo ASE, na maioria das UO a abranger, no último ano letivo (acréscimo face à média nacional)</b>	<b>7,50</b>	
	Elevado: >= 30%	7,50	
	Bom: >= 20%	6,00	
	Médio: >= 10%	4,00	
Baixo: < 10%	1,00		

3	<b>Ratio psicólogo/ aluno e número de alunos orientados anualmente por psicólogo</b>	<b>20,00</b>	
	<b>3.1. Ratio aluno/psicólogo a tempo integral na média das UO a abranger, no último ano letivo</b>	<b>10,00</b>	
	Elevado: $\geq 2.000$ alunos/psicólogo	10,00	
	Bom: $\geq 1500$ e $< 2000$ alunos/psicólogo	8,00	
	Médio: $\geq 1140$ e $< 1500$ alunos/psicólogo	6,00	
4	<b>3.2. Percentagem de alunos efetivamente abrangidos por psicólogo, em função da população alvo, no último ano letivo</b>	<b>10,00</b>	
	Elevado: $< 25\%$	10,00	
	Bom: $\geq 25\%$ e $< 40\%$	8,00	
	Médio: $\geq 40\%$ e $< 50\%$	6,00	
	Baixo: $\geq 50\%$	2,00	
4	<b>Taxas de sucesso escolar, prosseguimento de estudos, de reorientação, desistência de alunos e nível de satisfação</b>	<b>10,00</b>	
	<b>4.1. Proporção de alunos que frequentam as vias não profissionalizantes no ensino secundário nas UO a abranger (acréscimo face à percentagem observada nas regiões elegíveis ao PO)</b>	<b>7,00</b>	
	Elevado: $\geq 30\%$	7,00	
	Bom: $\geq 20\%$	5,00	
	Médio: $\geq 10\%$	4,00	
5	<b>4.2. Percentagem de alunos em situação de abandono ou risco de abandono no último ano letivo, nas UO a abranger (face à média nacional)</b>	<b>3,00</b>	
	Elevado: $\geq 55\%$ dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas com uma percentagem de alunos em situação de abandono ou risco de abandono superior à verificada nas regiões elegíveis ao PO	3,00	
	Bom: $\geq 45\%$ e $< 55\%$ dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas com uma percentagem de alunos em situação de abandono ou risco de abandono superior à verificada nas regiões elegíveis ao PO	2,00	
	Médio: $\geq 35\%$ e $< 45\%$ dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas com uma percentagem de alunos em situação de abandono ou risco de abandono superior à verificada nas regiões elegíveis ao PO	1,00	
	Baixo: $< 35\%$ dos psicólogos abrangidos serão inseridos em unidades orgânicas com uma percentagem de alunos em situação de abandono ou risco de abandono superior à verificada nas regiões elegíveis ao PO	0,50	
5	<b>Grau de articulação com os CQEP (Centros QUALIFICA), instituições do ensino superior, escolas e outros operadores de ensino e formação profissional, centros de emprego e empresas</b>	<b>5,00</b>	
	Elevado: $\geq 80\%$ das UO abrangidas demonstram ter protocolos ou parcerias, envolvendo a generalidade das entidades acima referidas	5,00	
	Bom: $\geq 70\%$ a $< 80\%$ das UO abrangidas demonstram ter protocolos ou parcerias, envolvendo a generalidade das entidades acima referidas	4,00	
	Médio: $\geq 50\%$ a $< 70\%$ das UO abrangidas demonstram ter protocolos ou parcerias, envolvendo a generalidade das entidades acima referidas	3,00	
	Baixo: $< 50\%$ das UO abrangidas demonstram ter protocolos ou parcerias, envolvendo a generalidade das entidades acima referidas	1,00	
6	<b>Nível de envolvimento do SPO no tecido económico, social e cultural</b>	<b>5,00</b>	
	Elevado: $\geq 80\%$ dos SPO abrangidos demonstram ter protocolos ou parcerias para envolvimento do tecido económico, social e cultural envolvente	5,00	
	Bom: $\geq 70\%$ a $< 80\%$ dos SPO abrangidos demonstram ter protocolos ou parcerias para envolvimento do tecido económico, social e cultural envolvente	4,00	
	Médio: $\geq 50\%$ a $< 70\%$ dos SPO abrangidos demonstram ter protocolos ou parcerias para envolvimento do tecido económico, social e cultural envolvente	3,00	
	Baixo: $< 50\%$ dos SPO abrangidos demonstram ter protocolos ou parcerias para envolvimento do tecido económico, social e cultural envolvente	1,00	

7	<b>Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado</b>	<b>20,00</b>	
	<b>7.1 Compromisso de n.º alunos/psicólogo a tempo integral – relativamente à meta PO CH (1140 alunos / psicólogo em 2023)</b>	<b>10,00</b>	
	Elevado: <1200 alunos / psicólogo	10,00	
	Bom: >= 1200 e <1400 alunos / psicólogo	8,00	
	Médio: >= 1400 e <1500 alunos / psicólogo	6,00	
	Baixo: > =1500 alunos / psicólogo	2,00	
	<b>7.2 Compromisso de aumento, em percentagem face ao ano letivo anterior, dos alunos alvo de orientação, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, para o conjunto das UO abrangidas</b>	<b>5,00</b>	
	Elevado: >=20%	5,00	
	Bom: >=15% e <20%	4,00	
	Médio: >10% a <15%	3,00	
	Baixo: =10%	1,00	
	<b>7.3 Percentagem dos alunos alvo de apoio psicopedagógico, no conjunto das UO abrangidas</b>	<b>5,00</b>	
	Elevado: >=50%	5,00	
	Bom: >=45% e <50%	4,00	
	Médio: >40% a <45%	3,00	
	Baixo: =40%	1,00	
8	<b>Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos</b>	<b>5,00</b>	
	<b>8.1 Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos</b>	<b>2,50</b>	
	Elevado: 100% dos psicólogos apoiados têm mais de 3 anos de experiência em contexto escolar	2,50	
	Bom: 100% dos psicólogos apoiados têm 3 anos de experiência em contexto escolar	2,00	
	Médio: 100% dos psicólogos apoiados têm entre 1 e 3 anos de experiência em contexto escolar	1,00	
	Baixo: 100% dos psicólogos apoiados têm menos de 1 ano de experiência em contexto escolar	0,50	
	<b>8.2 Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos</b>	<b>2,50</b>	
	Elevado: todas as UO dispõem de instalações e equipamentos adequados para o exercício das funções dos psicólogos	2,50	
	Bom: >=80% a <100% das UO abrangidas dispõem de instalações e equipamentos adequados para o exercício das funções dos psicólogos	2,00	
	Médio: >=70% e <80% das UO abrangidas dispõem de instalações e equipamentos adequados para o exercício das funções dos psicólogos	1,00	
	Baixo: >70% das UO abrangidas dispõem de instalações e equipamentos adequados para o exercício das funções dos psicólogos	0,50	
9	<b>Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho</b>	<b>5,00</b>	
	Alto - cumpre os quatro requisitos referidos na nota metodológica	5,00	
	Médio - cumpre dois ou três dos requisitos referidos na nota metodológica	3,00	
	Baixo - não cumpre pelo menos dois dos requisitos referidos na nota metodológica	1,00	
Total		<b>100</b>	



## ANEXO III - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS



16

### Notas:

<sup>1</sup> Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

<sup>2</sup> Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

<sup>3</sup> A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

Cofinanciado por: